

DIREITO AO TRABALHO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 14.07.1981

O direito mais elementar que uma sociedade tem a obrigação de garantir aos seus cidadãos é o direito ao trabalho. Esse direito garante ao trabalhador aquele mínimo de participação na renda sem o qual não é possível a sobrevivência. Só depois de garantir o direito ao trabalho é que a sociedade poderá garantir o “direito à preguiça” reclamado por Paul Lafargue.

Em relação a esse direito a burguesia sempre teve uma atitude essencialmente contraditória. e essas contradições tornam-se patentes agora, quando a recessão em marcha faz aumentar continuamente o número de desempregados e subempregados.

Alguns empresários isolados fazem protestos, como Paulo Franchini, mas de um modo geral permanecem calados, coniventes com a recessão e o desemprego. Como suas empresas, graças às reservas em ativos líquidos que acumularam principalmente em 1980, não estão ainda ameaçadas de falência, preferem calar, ou fazer declarações genéricas contra recessão “que ainda não se desencadeou...”. O governo, por sua vez, desenvolve ativamente sua política de recessão e desemprego, ao mesmo tempo que recomenda que os trabalhadores voltem para o campo, onde haveria emprego...

O resultado é que o ônus do combate ao desemprego fica quase inteiramente para os trabalhadores. São eles que ameaçam a greve na Volkswagen e conseguem a manutenção do emprego, mas são eles também que fazem greve na Fiat e são derrotados. Agora fazem greve contra as demissões na Ford. Talvez tenham êxito, especialmente se souberem até onde podem ir. Mas não há dúvida que as suas condições para a luta são muito desfavoráveis.

Não creio que se possam aplicar no Brasil as teorias de Marx e kalecki sobre o exército industrial de reserva e o caráter político do ciclo econômico. O Brasil já conta com um amplo contingente de subempregados, e o poder de barganha dos sindicatos, mesmo em períodos de pleno emprego, é ainda fraco.

Ma não há dúvida que a omissão dos empresários diante da política econômica recessiva do governo indica pelo menos que eles estão confusos a respeito. Todos, sem dúvida, gostariam de estar empregando ao invés de estar desempregando trabalhadores. Mas como não são capazes de ver, dentro do perverso sistema capitalista, que precisa de desemprego e de falências para se purgar e se reajustar uma outra alternativa de política econômica, conservam-se praticamente calados diante da recessão e do desemprego.

Isto acontece inclusive porque os empresários que têm capacidade de protestar são geralmente os dirigentes nacionais e multinacionais dos setores oligopolistas. E esses empresários são os que menos estão perdendo com a recessão, já que conseguem manter ou até aumentar suas margens. Quem perde são as pequenas e médias empresas existentes na indústria e dominantes na agricultura e no comércio, e são, principalmente, os trabalhadores. Os agricultores, contraditoriamente, ainda são em parte compensados com créditos subsidiados.

Já os trabalhadores desempregados, a classe média tecnoburocrática, também cada vez mais desempregada, e muitos pequenos industriais e comerciantes, que vêem suas margens cair e a situação de insolvência aproximar-se, são esses que pagarão a conta da atual política monetarista do governo. No final teremos mais concentração do capital e mais desnacionalização da economia.(14/07)